

## 2. A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão<sup>1</sup>

*Dale Tomich*

*Tradução de Angélica Freitas*

Teoria econômica, história econômica e economias históricas

Desde a década de 1950, a disciplina acadêmica de história econômica tem sido cada vez mais dominada pelo que se tornou conhecido como a Nova História Econômica. Esse campo acadêmico não é mais novo, mas estabelecido, e tem sido o veículo da separação da história econômica, como uma prática altamente quantitativa e técnica, dos estudos históricos em termos mais gerais. Não seria exagero dizer que o surgimento da Nova História Econômica levou a uma bifurcação dos estudos históricos: de um lado, uma história econômica altamente matemática, empregando a teoria econômica neoclássica, e de outro, estudos históricos convencionais, que em geral não tocam diretamente tópicos econômicos.

A revolução cliométrica foi possível graças aos avanços da economia, da estatística, da matemática aplicada e da computação de alta velocidade. Esses progressos nas ciências sociais e na tecnologia permitiram uma maior exploração de arquivos e a utilização de novas fontes por

meio de novos métodos. Por uma série de razões, a escravidão se tornou um objeto de especial interesse para os cliometristas e um dos principais temas de investigação cliométrica.

A publicação que marcou a Nova História Econômica foi sem dúvida o livro *Time on the Cross*, de Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman.<sup>2</sup> Sua exposição agressiva, para não dizer polêmica, estabeleceu o escopo da Nova História Econômica e dos debates sobre a escravidão.<sup>3</sup> Ela contrapôs uma história econômica teoricamente rigorosa, de base empírica, objetiva e não ideológica, a uma historiografia de “consenso” humanista, interpretativa e ideológica. (Deve-se observar que as diferenças entre os historiadores de “consenso” foram reunidas numa suposta abordagem interpretativa em comum. Suas diferenças fundamentais eram menos importantes do que os pressupostos compartilhados. O denominador comum de todos os historiadores de “consenso” era, aparentemente, o fato de não empregarem uma metodologia quantitativa.) Os historiadores da Nova História Econômica pretendiam representar a verdade objetiva em oposição às ideologias de esquerda e direita. Os humanistas, por sua vez, reagiram contra os “métodos desumanizadores das ciências sociais” e pediram aos historiadores que rejeitassem a “deusa QUANTIFICAÇÃO”.<sup>4</sup>

As respostas predominantes à Nova História Econômica concentraram-se na natureza dos dados, no caráter dos modelos, na pertinência e adequação das inferências feitas a partir dela para a interpretação de problemas importantes. Porém deixaram intactas as suposições metodológicas e epistemológicas da Nova História Econômica e sua adequação à interpretação histórica.<sup>5</sup> A Nova História Econômica, em geral, e o livro *Time on the Cross*, em particular, foram assunto de debates acalorados.<sup>6</sup> Ainda assim, mesmo no ponto alto do debate crítico relacionado a essa nova abordagem da história econômica, as críticas, com poucas exceções, foram feitas de duas formas: 1) Fogel e Engerman foram criticados de dentro do paradigma, pela adequação de sua “cliometria” e pelas inferências que fizeram; 2) Os cliometristas, e Fogel e Engerman, em particular, foram criticados por sua concepção

economicista da história ao justapor ao seu trabalho uma história social e cada vez mais cultural. Contudo, estes últimos críticos geralmente não adentravam o terreno da história econômica.

Num texto de 2004, Fogel descreve os debates dos anos 1960 e 1970 como uma guerra cultural. A divisão entre a abordagem quantitativa “rígida” das ciências sociais da Nova História Econômica e um estudo humanista e interpretativo da história foi intensificada mais tarde pela “virada cultural” que levou as práticas históricas a tomarem direções opostas e antagônicas. De certa forma, o debate foi resolvido quando cada lado fechou-se em seu próprio nicho profissional e, se muito, reconheceu apenas superficialmente o outro lado. Contudo, um abismo ainda existe entre ambos. A Nova História Econômica construiu um enclave especializado, separado da prática histórica geral. Do outro lado do muro, a Nova História Cultural, principalmente, cultiva o próprio jardim.

A Nova História Econômica é o elefante no meio da sala. Suas descobertas não podem ser ignoradas. Seus historiadores criaram procedimentos para analisar grandes quantidades de dados de formas que antes não eram possíveis. Eles produziram o relato quantitativo mais sistemático da produção de mercadorias por escravos nos Estados Unidos. Demoliram a tese do caráter ineficiente, retrógrado, pré-capitalista da escravidão e demonstraram, em seu lugar, a produtividade do trabalho escravo nos Estados Unidos durante o século XIX.<sup>7</sup> No entanto, não é apropriado simplesmente aceitar esses resultados tal como foram apresentados. Qualquer apropriação crítica do trabalho sobre a Nova História Econômica precisa reconhecer suas limitações conceituais, bem como suas realizações importantes. Por um lado, os historiadores da Nova História Econômica conseguem desqualificar explicações mais antigas, mas são notoriamente incapazes de oferecer interpretações próprias satisfatórias.<sup>8</sup> Por outro, tratar seus resultados como “fatos econômicos” determinados que complementam mas se mantêm ao largo de domínios políticos, sociais ou culturais também é insuficiente para qualquer tentativa de escrever um relato histórico coeso e abrangente da escravidão no Atlântico.

À diferença das principais linhas de resposta à Nova História Econômica, este estudo se dirige a seu enquadramento conceitual – a adequação de seus conceitos e procedimentos de organização e a forma como são construídos teoricamente os relatos históricos. Esse capítulo argumenta que as categorias e procedimentos metodológicos fundamentais da teoria econômica estão em grande desconformidade com aqueles da investigação teórica. Meu propósito, contudo, não é me envolver num diálogo entre as disciplinas, neste caso subdisciplinas, de forma simples ou direta. Tal ideia me parece ingênua e acrítica. Superficialmente, a maioria dos pesquisadores está envolvida em suas próprias especialidades, embora considere que pensar entre disciplinas seja uma boa ideia em princípio. Apesar disso, poucos estão dispostos a investir energia nesse esforço, menos ainda em tentar desenvolver abordagens que ultrapassem as fronteiras disciplinares. Mais significativamente, a Nova História Econômica está orientada na direção da teoria econômica<sup>9</sup> e a grande maioria dos historiadores, em que me incluo, carece dos conhecimentos técnicos necessários para participar de sua discussão em seus próprios termos. É difícil conversar para além das diferenças mesmo quando existe um tema em comum, e pode ser logicamente impossível chegar a uma síntese teórica. Consequentemente, não se presume que os argumentos apresentados neste capítulo tenham alguma relevância para a teoria econômica ou sejam mais que um interesse passageiro para os historiadores da Nova História Econômica. Em vez disso, meu propósito é examinar o enquadramento conceitual, seus pressupostos metodológicos e sua adequação à interpretação histórica, a fim de ampliar o leque de discussão entre os historiadores e outros cientistas sociais interessados em construir relatos históricos mais abrangentes da mudança socioeconômica.

### Teoria econômica, escravidão e História

Os resultados da Nova História Econômica são muito sugestivos, mas, da perspectiva da análise histórica, limitados pelos pressupostos iniciais

da teoria. A concepção formal e técnica de economia implementada pela Nova História Econômica não considera a variedade de formas pelas quais as sociedades humanas asseguram sua subsistência, isto é, as relações sociais que constituem economias históricas importantes, e as maneiras como essas formas mudam ao longo do tempo. Em última análise, isso resulta no que se pode denominar “econometria retrospectiva”, mais do que história econômica.<sup>10</sup>

A Nova História Econômica está baseada na aplicação da teoria econômica neoclássica a materiais históricos. Essa teoria é concebida como um guia para a ação econômica a curto ou médio prazo. Porém, ela é interpretada como uma abordagem universalmente válida para a análise econômica. Seu conceito de economia se baseia numa compreensão da ação humana em condições de escassez. A escassez é entendida como a insuficiência de meios para atingir a totalidade de um conjunto de fins. A ação, portanto, requer a escolha de meios e/ou fins. A ação racional (economizar) é tomada como a fonte da ação econômica, e o mercado é considerado sua forma. Estes constituem o tema da economia. A preocupação central da teoria é a determinação dos preços de mercado. Sua análise se concentra na forma elementar da troca como base da formação de preços. A teoria pressupõe indivíduos ou unidades de ação (famílias, empresas) com conjuntos de bens (utilidades) em condições de escassez. Bens só têm valor em condições de escassez. A escassez determina a escolha, isto é, a utilidade marginal dos bens e, portanto, o preço. Esses indivíduos ou unidades de atuação trocam bens entre si a fim de maximizar a utilidade total. (A troca supõe, é claro, a liberdade e a segurança da propriedade.) As avaliações individuais da utilidade podem estar relacionadas entre si através do mercado. A troca de mercado permite uma ação formalmente racional orientada ao preço, isto é, o cálculo racional de meios e fins (as categorias da teoria neoclássica entendem todas as relações econômicas em princípio como quantificáveis, calculáveis e intercambiáveis). A operação desimpedida de escolha racional (conhecimento e concorrência perfeitos) resultará em uma situação de equilíbrio ideal de preços, que ajustam o mercado ao equalizar a oferta e a demanda.<sup>11</sup>

Considera-se que a produção, como um processo social material substantivo, está fora do domínio da teoria neoclássica. A teoria econômica preocupa-se apenas com a determinação técnica das proporções em que os fatores de produção – terra, trabalho e capital (incluindo a tecnologia como forma e combinação peculiar de bens de capital) – são empregados a fim de produzir bens. Assim como ocorre com outras categorias da teoria neoclássica, terra, trabalho e capital são construídos como universais abstratos. Estes são considerados totalmente quantificáveis e sua utilização racional pode ser calculada com precisão. A demanda por cada fator vai depender de sua produtividade marginal, isto é, de sua contribuição marginal à utilidade final (produto). A contribuição marginal de cada fator para a utilidade final pode ser derivada como receitas provenientes de cada um e vai corresponder ao preço do fator, isto é, à combinação de aluguel, salários e lucro. A preocupação da teoria econômica é determinar quais são os fatores que maximizam a utilidade e a rentabilidade.<sup>12</sup> Esse conjunto de premissas é generalizado como uma condição humana universal, o que justifica a aplicação da teoria a todos os tipos de sociedades. A suposição subjacente é que todas as atividades econômicas podem ser entendidas por meio de categorias de escassez, utilidade, ação racional e mercado – abstrações universais existentes fora do espaço e do tempo. Todas as relações econômicas são portanto reduzidas a relações comensuráveis e calculáveis.

Os conceitos e procedimentos da economia neoclássica permitem, dessa forma, a análise quantitativa da economia e, na era do processamento eletrônico de alta velocidade, permitem a construção e a manipulação de grandes volumes de dados. Fogel e Engerman descrevem a Nova História Econômica como a aplicação de métodos quantitativos a problemas históricos. A análise sistemática de dados é considerada superior à interpretação de provas isoladas e parciais utilizadas por historiadores não quantitativos.<sup>13</sup> Porém, não há reconhecimento de que os dados empregados pelas abordagens cliométricas sejam construídos e ordenados nos termos das categorias da teoria econômica e de que eles possam ser construídos ou interpretados de outra forma.<sup>14</sup> Os conceitos e procedimentos da economia neoclássica são aqui considerados como



se tivessem a precisão das leis matemáticas e fossem universalmente aplicáveis a toda atividade econômica. Da mesma forma, a construção de dados é dada como certa. Os resultados gerados por esses procedimentos são tratados como fato objetivo.

A aparente universalidade das categorias da teoria neoclássica limita a sua validade para a análise histórica. Sua alegação de universalidade se concretiza quando não se consideram as relações sociais e os processos materiais complexos por meio dos quais uma atividade econômica substantiva é historicamente formada.<sup>15</sup> Esse é o paradoxo da Nova História Econômica. Utilizando a terminologia marxista, é possível dizer que o processo extremo de abstração das relações sociais, dos processos materiais de produção e da História permitiu aos historiadores da Nova História Econômica produzir uma estimativa quantitativa da força produtiva do trabalho escravo.<sup>16</sup> No entanto, ao continuarem prisioneiros de suas próprias suposições simplificadoras, tais estudiosos não conseguem dar conta das relações históricas substantivas de que suas conclusões são o resultado.

De fato, a teoria neoclássica naturaliza sub-repticiamente as relações mercantis e postula o mercado e suas trocas como o paradigma explicativo da ação econômica. O indivíduo como agente econômico, a propriedade privada, a troca e a escassez são todos pressupostos como categorias “naturais” – pressuposições e ponto de partida para a teoria. Portanto, as relações e atividades que não são de mercado são desconsideradas ou tratadas como se fossem relações de mercado. Essa abordagem resulta numa concepção teleológica em que o mercado e a troca são ao mesmo tempo a origem de toda atividade econômica, o motor da sua mudança e o resultado do desenvolvimento histórico.<sup>17</sup>

É significativo que os volumosos escritos sobre a metodologia da Nova História Econômica preocupem-se com métodos e testes estatísticos e matemáticos para enviesamentos dos dados e não com a relação da história econômica com processos históricos gerais. Embora tais distinções possam ser apropriadas para os procedimentos exigidos pela teoria econômica, não existe reconhecimento de formas alternativas de quantificar e analisar evidências ou do valor potencial da análise qua-

litativa da mesma evidência.<sup>18</sup> A evidência histórica, com suas ricas texturas, sua variedade e seu caráter sempre fragmentário e incompleto, é reduzida a um conjunto monocromático de dados em que a quantificação é possível, ou desvalorizada como meramente fragmentária e impressionista, quando não o é. Ao excluir assim a consideração de outras abordagens possíveis, a Nova História Econômica trata seus procedimentos e resultados nem como relativos, nem provisórios. Em vez disso, teoria e evidência quantitativa se combinam para produzir o fato objetivo. Teoria, método e dados formam um sistema mutuamente reforçado e fechado. Na melhor das hipóteses, seus resultados só podem ser justapostos de forma mecânica a fatores políticos, sociais ou culturais igualmente fechados e autônomos que são, por definição, externos à “economia” e à teoria econômica. A História geral aparece como a soma de partes sombreadas vistas isoladamente.

Essa relação entre teoria, dados e descobertas revela o caráter positivista do projeto da Nova História Econômica. O objetivo principal dos cliometristas é a “descoberta do que realmente aconteceu”,<sup>19</sup> isto é, a história *wie es eigentlich gewesen ist*. Em sua opinião, os fatos falam por si sós. Os historiadores da Nova História Econômica propõem uma distinção absoluta entre fato e interpretação. Embora sejam devidamente cautelosos ao fazer as interpretações de seus resultados, essa distinção rapidamente se transforma num confronto da verdade com o erro quando se trata do trabalho dos historiadores tradicionais. Aos olhos dos cliometristas, as diferenças essenciais entre os historiadores tradicionais são menos importantes do que suas diferenças em relação à Nova História Econômica. Eles tratam todas as interpretações qualitativas como se estivessem em pé de igualdade. Dessa forma, o engajamento entre abordagens quantitativas e qualitativas se torna ainda mais difícil. De fato, os historiadores econômicos quantitativos realizam análises históricas mais gerais, fazendo inferências diretamente de seus dados em vez de considerar como seus resultados podem ser incorporados a enquadramentos conceituais e históricos mais abrangentes. Consequentemente, suas análises e interpretações da economia, sem mencionar as formações sociais históricas, são no melhor dos casos parciais e inadequadas.



Para o historiador, seu conceito de economia deve ser traduzido em categorias apropriadas à análise das relações históricas sociais. Para chegar a isso, precisamos de uma maior atenção aos enquadramentos conceituais e procedimentos analíticos, e de um reconhecimento mais claro de conceitos, problemas e proposições de história econômica do que aquele que está em evidência agora.

Tanto *Time on the Cross* quanto *Without Consent or Contract* têm início com uma análise da história da escravidão e da servidão desde a Antiguidade – o fim do Império Romano – até 1492, o descobrimento das Américas. Essas análises desempenham uma importante função pedagógica. Elas mostram aos leitores norte-americanos a difusão do trabalho forçado na história do Ocidente e sugerem que a escravidão mercantil nos Estados Unidos foi, em muitos aspectos, mais normativa do que excepcional. Ao mesmo tempo, introduzem a análise da escravidão apresentada em cada um dos volumes quando localizam a escravidão norte-americana dentro de um panorama mais amplo de sistemas escravistas. Neles estão contidas suposições que guiam a construção do objeto de estudo de Fogel e Engerman, bem como sua interpretação histórica da escravidão.

Esses capítulos destacam a continuidade histórica da escravidão, tratando-a como se representasse uma relação universal e uniforme ao longo do tempo e do espaço. Constroem uma história linear da escravidão, abstraída das relações mais amplas que a constituem. Embora diferenciem servidão e trabalho forçado, todas as escravidões são consideradas comparáveis umas às outras. O que distingue um sistema escravista de outro é seu contexto externo. Essa, porém, é uma operação de classificação. Nenhuma conexão necessária ou lógica é estabelecida entre um sistema escravista em particular e os elementos considerados como seu contexto. As formas como as relações escravas podem ser constituídas diferentemente, em circunstâncias históricas específicas (por exemplo, a escravidão grega e romana, ou a africana), não são consideradas nessa formulação do problema. Os contextos em si se constituem de conjuntos de elementos díspares e diferentes meto-

dologicamente, mobilizados *ad hoc* em determinados casos. Não apresentam relação necessária a casos particulares de relações escravistas e podem ser montados e desmontados à vontade (por meio de categorias abstratas e universais a serviço de comparações arbitrárias). Aqui não há uma concepção de um todo socioeconômico. A economia mundial é meramente a soma de suas partes, não um sistema de relações estruturado e coerente.

Fogel e Engerman estabelecem o objeto de seu estudo por meio da comparação da diferença e da classificação de “casos”. Eles distinguem a escravidão moderna de outras escravidões ao enfatizar a sua relação com o mercado.<sup>20</sup> Estabelecem essa ampla distinção classificativa simplesmente combinando os termos gerais “mercado” e “escravidão”. Nenhum dos dois é especificado de outra forma, tampouco a sua relação. A categoria composta resultante é apenas uma grande generalização que estabelece uma classe de casos de escravidão com uma característica distintiva comum que serve para diferenciar a “escravidão moderna” de todas as demais. Aqui o mercado aparece como um atributo da escravidão, e a escravidão, como um atributo do mercado. A identidade conceitual desses dois termos serve para facilitar a aplicação da teoria econômica neoclássica à “escravidão moderna” e permite que o comportamento econômico de maximização dos lucros atinja a sua expressão mais clara. Assim, nessa abordagem, nem o mercado nem a escravidão são considerados relações historicamente formadas (apesar de isso não ser uma exigência da teoria econômica), e o problema de sua interdependência histórica e das relações cambiantes entre ambos desaparece de vista.

Por meio de sucessivas comparações de diferenças, Fogel e Engerman filtram diversos casos de escravidão moderna e isolam sua prática nos Estados Unidos como objeto de investigação. Eles especificam ainda mais a escravidão americana ao chamar a atenção para a importância dos gêneros cultivados no campo da escravidão moderna. Demonstram que o açúcar, e não o algodão, criou a maior demanda por trabalho escravo durante o transcurso do desenvolvimento da escravidão moderna nas Américas e que a demanda pelo açúcar se correlaciona intima-

mente com o desenvolvimento do tráfico transatlântico de escravos. Em comparação, a importância do algodão e a inexistência de um tráfico transatlântico de escravos eram as características distintivas do sistema escravista americano do século XIX.

Nesse procedimento comparativo, o produto agrícola é apenas uma característica qualificativa da escravidão. O algodão e a inexistência de um tráfico transatlântico de escravos identificam as características distintivas do caso americano.<sup>21</sup> O mercado, a escravidão e o produto cultivado são tomados como entidades já determinadas, conceitualmente independentes umas das outras. Esses elementos são inseridos no argumento como fatos determinados que ocorrem dentro de um determinado lugar e de uma cronologia – as propriedades de um lugar já determinado. Tais fatores servem para identificar o caso, mas continuam sendo externos, e desempenham um papel secundário na análise econômica. Assim, nessa abordagem, a sua inter-relação histórica e sua dependência mútua em conjunturas espaço-temporais específicas da economia-mundo não estão sujeitas a consideração teórica. Na falta de uma construção teórica rigorosa da escravidão americana como objeto da investigação histórica, ela continua sendo um subtipo do fenômeno mais geral – a escravidão moderna. Consequentemente, existe em toda a obra uma tensão permanente entre a análise econômica da escravidão nos Estados Unidos num determinado período e a escravidão moderna em geral.

A teoria econômica neoclássica prescinde de determinadas relações sociais fundamentais e das condições materiais de produção. Da perspectiva da teoria, as relações escravistas, os processos materiais de produção e outros elementos específicos do processo de produção são tratados como fatores independentes, autônomos e contingentes que ficam do lado de fora das fronteiras da análise econômica propriamente dita. (Tais fatores independentes não têm necessariamente nenhuma relação entre si e podem ser arbitrariamente combinados ou separados.) A análise econômica é conduzida em termos de categorias abstratas e universais de escassez, utilidade e economia, que são consideradas características comuns de toda atividade econômica, mas interpretadas

como independentes de todas as relações sociais. Presume-se assim que as categorias fundamentais da teoria neoclássica sejam operativas na “economia escravista” e funcionem independentemente das relações sociais da escravidão.

Como se pressupõe que as categorias da economia neoclássica tenham validade universal, a escravidão não apresenta problemas analíticos especiais dentro das premissas da teoria. Nas palavras de Alfred Conrad e John Mayer, dois pioneiros da Nova História Econômica: “Do ponto de vista do empreendedor que faz um investimento em escravos, os problemas básicos para determinar a rentabilidade são analiticamente os mesmos que aqueles encontrados ao se determinarem os rendimentos de qualquer outro tipo de investimento de capital.”<sup>22</sup> Nessa abordagem, as relações escravistas merecem consideração porque representam fatores extraeconômicos que distorcem o funcionamento ideal da escolha racional econômica numa situação de mercado. Na teoria neoclássica, a escravidão é entendida como uma relação jurídica de propriedade, isto é, a posse de uma pessoa por outra. É “o resultado da força e coerção praticadas por um grupo contra outros e não o resultado de direitos de propriedade trocados voluntariamente”. Isso é do interesse da teoria neoclássica apenas à medida que afeta a alocação e distribuição de recursos econômicos. Segundo Engerman, os direitos de propriedade sobre um homem, isto é, a escravidão, afetam o nível e o padrão de produção na economia, bem como a distribuição de renda e de utilidade. Ele afirma: “A função de utilidade do proprietário de escravos incluirá a utilidade derivada de sua posse desse recurso, seja na forma de rendimentos financeiros, bens produzidos ou alguma forma de renda psíquica.” Aqui a exploração do escravo é entendida como uma combinação da manutenção da cesta básica do trabalhador num valor abaixo daquele de seu produto marginal, e o “deslocamento dos trabalhadores do que seria sua curva de oferta desejada caso a escolha fosse voluntária, levando a uma maior entrada de mão de obra do que seria proporcionado voluntariamente, a um salário de equilíbrio de mercado”.<sup>23</sup>

Assim, a economia neoclássica preocupa-se com a determinação técnica da alocação ideal de recursos escassos. Para os historiadores econométricos, os escravos são considerados simplesmente “capital” e tratados como uma “função da produção”, isto é, como insumo necessário para produzir uma dada utilidade. (A teoria é indiferente às características específicas da utilidade: *widgets*.)<sup>\*</sup> Conrad e Mayer tratam a escravidão em termos de duas funções de produção. A primeira relaciona a contribuição dos escravos e os materiais necessários para mantê-los na produção de artigos primários. A segunda função descreve a produção do bem intermediário, o trabalho escravo – isto é, a reprodução da população trabalhadora –, a criação de escravos.<sup>24</sup> Prescindindo assim das particularidades históricas e construindo categorias comensuráveis entre si, esse procedimento permite a medição, o cálculo e a comparação de toda atividade econômica. Tal abordagem cria um conteúdo puramente quantitativo para cada categoria abstrata e formal, e permite que estas sejam submetidas a operações estatísticas e matemáticas. Assim, os cliometristas conseguem calcular a utilidade e a produtividade marginal dos fatores e das utilidades produzidas, e analisar quantitativamente a produtividade e a rentabilidade da economia escravista sob os pressupostos da teoria econômica. Depois, comparam o retorno sobre o capital na forma de escravos com o retorno sobre outras formas de capital (isto é, aquelas formas em que a escolha livre e racional prevalece, tais como o trabalho livre ou a economia de pequenos agricultores do Norte dos Estados Unidos) relativas a valores abstratos de mercado. Por meio dessas comparações, eles procuram determinar se as economias escravistas proporcionam um retorno sobre o capital maior ou menor, ou uma produtividade maior ou menor em comparação com aquelas economias em que existe uma alocação livre e racional de recursos.<sup>25</sup> O pressuposto que opera aqui é: enquanto as economias escravistas forem rentáveis e produtivas segundo esses crité-

\* *Widget*: palavra que significa “coisa, coisinha: objeto cujo nome é desconhecido”, segundo o *Michaelis Moderno Dicionário Inglês & Português* online. Na Economia, é empregada para designar unidades abstratas de produção. (*N. da T.*)

rios, elas são viáveis e não apresentam nenhum problema econômico inerente. Além disso, unidades econômicas que mantêm níveis similares de produtividade podem ser consideradas similares entre si.

O interesse dos cliometristas não está no modo como a terra e o trabalho escravo são reunidos para produzir um artigo agrícola em determinadas condições históricas, mas na utilidade e na produtividade marginal dos fatores trabalho e terra. A exclusão das características sociais e materiais da terra, do trabalho e da tecnologia é a condição para a quantificação da economia escravista. A fim de construir o trabalho como um fenômeno quantificável e calculável, eles prescindem tanto das relações sociais essenciais da escravidão quanto dos processos materiais da produção escravista, substituindo-os por categorias abstratas e gerais da teoria econômica neoclássica. Assim, reconstroem conceitualmente a terra e o trabalho como funções de produção que simplesmente respondem à oferta e demanda e ao valor de mercado. Como as relações e os processos essenciais pelos quais o trabalho escravo é organizado estão além da competência das categorias da teoria neoclássica, esses fatores não constituem uma preocupação teórica direta. Nessa abordagem, a organização social e material do trabalho é tratada como se já fosse dada e evidente. A interpretação da “economia escravista” é inferida diretamente da análise dos dados quantitativos.

Essa abordagem permite que os historiadores da Nova História Econômica façam apenas uma análise abstrata e técnica da produtividade do trabalho escravo sem integrar ao seu relato as condições sociais e materiais que a tornaram possível. Por exemplo, tanto em *Time on the Cross* quanto em *Without Consent or Contract*, Fogel e Engerman medem a produtividade do trabalho em termos de produção por trabalhador de acordo com os princípios da teoria neoclássica. Eles atribuem os altos índices de produtividade da mão de obra escrava às economias de escala, ao alto índice da participação da força de trabalho (isto é, a alta porcentagem da população escrava residente que trabalhava), à alocação eficiente de trabalhadores entre as várias tarefas a serem realizadas, à especialização e interdependência do trabalho em grupo e à intensificação do trabalho.<sup>26</sup> Contudo, a relação escravista é a condição



para a relativa eficiência da produção, bem como seu limite. As relações sociais da escravidão permitem que os proprietários com capital suficiente comprem mais trabalhadores e estabeleçam economias de escala, que assegurem uma grande participação da força de trabalho e obriguem o trabalho cooperativo em grupos. Porém, ao mesmo tempo, a relação escravista restringe o desenvolvimento do caráter social do trabalho cooperativo ao inibir mudanças na divisão do trabalho.<sup>27</sup> Uma vez que a produção é estabelecida numa certa escala e dentro de uma certa divisão do trabalho, os proprietários de escravos devem distribuir um determinado grupo de trabalhadores numa determinada série de tarefas. Assim, no trabalho escravo, a alocação eficiente de trabalho refere-se à adaptação de um corpo fixo de trabalhadores às tarefas manuais. Da mesma forma, o aumento da produção de bens materiais é assegurado não por meio do aumento da produtividade social, mas pela intensificação do trabalho, isto é, obrigando um determinado número de trabalhadores a produzir mais bens numa determinada quantidade de tempo. Já que os trabalhadores foram tomados como propriedade, tais mudanças aumentam a produção mas não poupam trabalho.

Assim, o método da Nova História Econômica não oferece o vínculo conceitual ou teórico necessário entre as descobertas da teoria econômica e a organização histórica fundamental do trabalho escravo. Em vez disso, relações históricas são desagregadas e depois reagrupadas como fatos determinados em torno das categorias da economia neoclássica. Mesmo quando os historiadores da Nova História Econômica estão factualmente corretos, suas interpretações estão baseadas em alegações históricas arbitrárias, contingentes, tardias, sem qualquer relação necessária com as categorias e os resultados da análise econômica. Esse quadro teórico impede que se analise a escravidão como sendo formada e reformada através da relação historicamente cambiante entre terra, trabalho, e tanto os instrumentos de trabalho quanto o mercado, entendidos como relações sociais substantivas. Ambientes específicos e geografias da produção escrava; o tipo de colheita, seja de algodão, açúcar ou café; o tamanho, a composição, a organização e a administração da força de trabalho; as características sociais do trabalho como trabalho escravo; e

as maneiras como todos esses elementos se combinam entre si em circunstâncias históricas específicas não são constitutivos de categorias de análise econômica, nem são do interesse da Nova História Econômica.

A Nova História Econômica chega assim a uma aproximação quantitativa da produtividade e da rentabilidade da economia escravista mediante a construção de um conceito de economia abstrato e formal que opera “pelas costas” das relações socioeconômicas substantivas, e não exige nenhuma referência a processos materiais e à organização social da produção. Seu sucesso em construir uma análise quantitativa da economia escravista americana é conseguido à custa de uma análise das relações sócio-históricas substantivas de produção, distribuição, troca e consumo, isto é, da economia histórica.

#### A escravidão como relação social da produção

A teoria econômica neoclássica e portanto a Nova História Econômica tratam todos os fatores de produção como se fossem totalmente mercantizados. Essa suposição fornece as bases para a crítica de Karl Polanyi à teoria econômica liberal e ao conceito de mercado autorregulável. Polanyi argumenta que terra, trabalho e dinheiro são organizados através de mercados, mas não são produzidos para a venda e não se trata de mercadorias. É preciso que a economia de mercado trate-os como o que ele chama de “mercadorias fictícias”, a fim de funcionar. Em sua opinião, essa ficção de mercadorias não pode ser sustentada. Pelo contrário, ela revela a artificialidade da economia de mercado. Terra, trabalho e dinheiro são necessariamente produzidos por meio de relações sociais substantivas e submetê-los à regulação pelo mercado vai resultar na destruição da sociedade.<sup>28</sup>

O pressuposto de que todas as relações econômicas podem ser tratadas como se fossem mercadorias também é relevante para a teoria do fetichismo da mercadoria de Karl Marx. Marx argumenta que a mercadoria é uma relação social, e mais precisamente, uma relação social histórica específica. Seu caráter reificado, objetivo, ao mesmo tempo

expressa e oculta as relações sociais e os processos que a produzem. Na produção de mercadorias, as relações sociais entre produtores tomam a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho, isto é, entre mercadorias. As características sociais do trabalho humano aparecem como “características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como as propriedades socionaturais dessas coisas”. Assim, argumenta Marx, a forma de mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho dentro do qual aparece são “nada mais que a relação social definida entre os próprios homens, que assume aqui, para eles, a forma fantástica de uma relação entre coisas”. Para Marx as categorias da teoria neoclássica não são universalmente válidas, mas somente para a produção de mercadorias historicamente determinada. Em sua teoria, a análise da forma de mercadoria permite a especificação histórica das relações sociais.<sup>29</sup>

Em suas diferentes formas, as perspectivas críticas tanto de Polanyi quanto de Marx chamam a atenção para os modos como a produção capitalista de mercadorias e a economia de mercado autorregulável estão implicadas em relações socioeconômicas substantivas. Ao fazê-lo, sugerem possíveis maneiras de se passar das categorias abstratas formais da teoria econômica neoclássica para a reconstrução teórica de economias históricas específicas.

Ao tratar o trabalho como um fator da produção, a teoria neoclássica ignora a distinção entre as várias formas de relações sociais pelas quais o trabalho é organizado. Dessa perspectiva, as diferenças entre o trabalho remunerado e o trabalho escravo aparecem como extraeconômicas e não são importantes para o funcionamento da teoria. Para Marx, pelo contrário, a questão teórica-chave é por que o trabalho – a necessária interação de seres humanos e natureza que é comum a todas as sociedades – assume determinadas formas históricas sociais. Ele enfatiza a forma das relações sociais através das quais o trabalho humano é organizado – senhor e servo, senhor e escravo, capitalista e trabalhador assalariado – como a característica distintiva de várias formações socioeconômicas. Em sua opinião, “o que distingue as diversas formações econômicas da sociedade – a distinção entre uma sociedade baseada no

trabalho escravo e uma sociedade baseada no trabalho remunerado – é a forma como esse trabalho excedente é extorquido do produtor imediato, o trabalhador”.<sup>30</sup>

A preocupação de Marx não é com o preço do produto, mas com a maneira como as formas de relações sociais ordenam e reordenam as relações socioeconômicas. Em contraste com a teoria neoclássica, que trata a terra, o trabalho e a tecnologia como fatores independentes de produção, Marx considera-os necessariamente interdependentes. Para ele, a forma das relações sociais determina as condições sob as quais trabalho, terra e instrumentos do trabalho são combinados entre si, e portanto o caráter sócio-histórico de determinadas formações. A análise de sua relação cambiante permite a reconstrução teórica do desenvolvimento de formas econômicas sociais. Para a produção capitalista de mercadorias, a crítica marxista da economia política revela as relações sociais específicas e os processos pelos quais as mercadorias são produzidas e por que essas relações e processos assumem um caráter reificado independente da atividade humana.<sup>31</sup> Ela proporciona dessa forma o acesso aos processos sócio-históricos que operam sob o mundo das mercadorias.

A ênfase de Marx nas formas sócio-históricas específicas de atividade econômica oferece uma alternativa às categorias universais abstratas da teoria neoclássica. Isso permite que se faça uma distinção crucial entre o trabalho assalariado e o trabalho escravo, abrindo um caminho em direção à compreensão teórica de relações econômicas históricas:

No trabalho escravo, mesmo a parte da jornada de trabalho em que o escravo está apenas repondo o valor de seu próprio meio de subsistência, em que portanto na realidade está trabalhando para si mesmo, é vista pelo seu senhor como trabalho. Todo o seu trabalho é visto como trabalho não pago. No trabalho remunerado, pelo contrário, mesmo o trabalho excedente, ou não pago, é visto como pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação de dinheiro oculta o trabalho não remunerado do trabalhador assalariado.<sup>32</sup>

Aqui, o trabalho assalariado e a escravidão podem ser tomados como representantes de duas formas distintas da produção de mercadorias. Em cada um dos casos, a forma de mercadoria organiza as relações sociais de modos diferentes e impõe padrões diferentes de atividade econômica.

Para Marx, a mercantilização da capacidade de trabalho, ou força de trabalho, é a *differentia specifica* de sua análise da forma capitalista de produção. A relação de trabalho capital-remuneração pressupõe a existência de um mercado de trabalho. O trabalhador assalariado é proprietário de sua força de trabalho e troca-a com o capital por um salário com o qual provê sua subsistência e reprodução. Por outro lado, o capitalista compra o direito de usar a força de trabalho do trabalhador por um dado período de tempo. No processo de trabalho, a força de trabalho (incluindo as forças de trabalho de outros trabalhadores) é combinada com instrumentos e materiais de produção sob condições determinadas pelo capitalista. Aqui todos os elementos de produção tomam a forma de mercadorias e podem ser relacionados entre si por meio de seu valor. Seres humanos, isto é, trabalhadores, são organizados e controlados por meio do domínio da disposição da sua capacidade de trabalhar. O desafio do capitalista é produzir mais valor do que aquele que foi gasto na compra dos elementos do processo de trabalho.

De modo diferente, na relação escravista não é a força de trabalho, mas a pessoa do trabalhador que toma forma de mercadoria, e a produção é baseada na sua apropriação física, como se ele fosse uma propriedade. A posse do trabalhador determina os modos como a terra, o trabalho e o capital são combinados e como a produção e a reprodução social são organizadas. A posse dos escravos se estende por toda a sua vida, e o status de escravo é passado para os seus filhos. A renovação da força de trabalho depende da renovação física da população escrava, seja pelo mercado de escravos ou pela reprodução biológica. De um ponto de vista econômico, o tráfico de escravos é parte integrante do regime de produção e constitui um mercado de trabalhadores, não de trabalho.<sup>33</sup>

A relação escravista está fundamentada na coerção direta da população cativa. Essa mesma relação deve ser assegurada e os direitos de posse do dono de escravos devem ser protegidos; a ordem social deve ser mantida e deve-se fazer cumprir o trabalho. Podemos conceituar três instâncias de dominação e coerção: disciplina no trabalho, controle social na *plantation* e a manutenção da ordem escravista na sociedade como um todo. Esta última exige pelo menos a potencial mobilização da população livre e a intervenção do Estado para sancionar e garantir a ordem escravista. Nesse sentido, o aspecto coercitivo da relação escravista vai mais além do estritamente econômico e permeia e politiza toda a sociedade.

Tanto economicamente quanto legalmente, o escravo é visto como uma propriedade que pode ser comprada e vendida. A relação de propriedade é a condição para o processo de produção escravista, mas a produção é independente dela. Em termos econômicos, o escravo representa um investimento fixo na pessoa do trabalhador por um período de tempo indefinido, um investimento em capital, o que não é diferente de um investimento em um conjunto de animais domésticos ou em maquinário.<sup>34</sup> O preço do escravo é uma dedução do capital disponível para a produção e não tem qualquer relação com a atividade de trabalho. Um capital adicional é necessário para pôr a produção em movimento. Dessa forma, a posse do escravo é a condição para a produção mas não garante o bom desempenho no trabalho, pois o trabalho do escravo não é uma mercadoria separada da sua pessoa. O trabalho não apenas não tem um custo, tampouco tem expressão social efetiva nas relações sociais da escravidão, e o processo de trabalho não pode ser organizado por meio de relações entre mercadorias.

Essa característica da relação escravista vai ao fundo tanto das conquistas da Nova História Econômica quanto de seus limites. A fim de calcular a rentabilidade e a produtividade da economia escravista, os cliometristas têm que estimar o custo do trabalho. Para conseguir isso, têm adotado uma de duas estratégias: ou equiparam o preço do escravo ao valor produzido durante toda a vida de trabalho, ou tratam os custos da sua manutenção – comida, roupa, abrigo – como se fossem uma re-



muneração.<sup>35</sup> A primeira opção é plausível numa estimativa a longo prazo dos custos de trabalho, mas o preço dos escravos não tem relação necessária com o processo real de produção e seus custos. Ele mal proporciona uma base precisa para a organização racional da produção numa base diária. A segunda opção representa uma despesa necessária para o proprietário de escravos e uma dedução de seu capital. Provê, em termos, as necessidades materiais dos escravos, mas não representa um retorno ao trabalho. Os escravos devem ser mantidos quer trabalhem ou não, ou o capital investido neles será perdido. A manutenção dos escravos é portanto a renovação do estoque de capital e equivale ao custo de combustível ou de partes de máquinas. Sob tais condições, conceitos como tempo de trabalho, economia de trabalho e produtividade do trabalho perdem seu significado principal.<sup>36</sup>

Na relação escravista, o trabalho é necessariamente incalculável e não está sujeito à ação formalmente racional. Nesse sentido, a *plantation* escravista se aproxima mais à concepção de unidade orçamentária de Max Weber do que àquela da empresa capitalista. O valor dos bens de capital, insumos e produtos, custos e renda pode ser calculado em termos de preço de mercado, mas o trabalho não tem preço e o processo de trabalho é conduzido por meio da dominação sobre um número fixo de trabalhadores escravizados cuja reprodução física e social deve ser garantida a fim de assegurar a continuidade da *plantation*.<sup>37</sup> Antônio Barros de Castro desenvolve essa ideia em uma análise mais abrangente e historicamente fundamentada da escravidão de *plantation* nas Américas. Ele demonstra que a continuidade das relações mercantis e a racionalidade do mercado que regem as entradas e os retornos da *plantation* escravista é interrompida pela relação escravista. Dentro da unidade da *plantation*, a produção e a reprodução social da força de trabalho é conduzida por meio de relações de dominação pessoal direta cuja condição é a relação escravista.<sup>38</sup>

A relação escravista como propriedade da pessoa do trabalhador impõe condições diferentes na organização do trabalho e da vida social. Aqui o dono de escravos controla e organiza o trabalho mediante a posse de seres humanos. A *plantation* é não só a residência da força de

trabalho escrava, como também tem um caráter carcerário. Ela é organizada de modo a impedir a mobilidade dos escravos e a regular todos os aspectos de sua vida social. Como os seres humanos foram fisicamente apropriados como propriedade (e representam um investimento de capital), o dono de escravos deve, ao mesmo tempo, extrair trabalho da mão de obra residente e assegurar a reprodução física e social da massa de trabalhadores. A plantação escravista é tanto o lugar da produção de mercadorias quanto da reprodução social e física da força de trabalho escrava. Os dois processos são intimamente ligados entre si e ambos têm lugar sob a supervisão e o controle do dono dos escravos ou de seus representantes. Em princípio, o escravo não tem voz na determinação das condições de trabalho e da vida social.<sup>39</sup>

A propriedade do escravo é a condição para a produção, mas não garante em si o desempenho do trabalho. Em termos econômicos, o escravo entra no processo de produção como um instrumento de trabalho, não como trabalho. A posse do escravo dá ao seu dono o direito de se apropriar de tudo o que é produzido (inclusive seus meios de subsistência). Todo o trabalho do escravo é não remunerado. O trabalho é uma atividade imposta ao escravo e realizada independentemente da sua subsistência.<sup>40</sup> A vantagem do proprietário deriva de seu poder de subordinar a reprodução da mão de obra às exigências da produção de mercadorias. (Essa relação de dominação não se encaixa facilmente nos pressupostos de escolha racional e individualismo metodológico que são a base da teoria neoclássica.)

No entanto, o desempenho do trabalho deve ser assegurado por meio da dominação direta do escravo pelo dono. A população escrava está sujeita a uma equipe de supervisão hierárquica e disciplinar, e o trabalho é forçado por meio de uma combinação de punição e recompensa. A organização do trabalho pode assumir uma variedade de formas.<sup>41</sup> A vantagem da relação escravista na produção de mercadorias em larga escala é sua habilidade de coagir a cooperação de grandes números de trabalhadores. A produção pode ser incrementada a partir do aumento do número de trabalhadores, do prolongamento da duração de seu trabalho e da exigência de cooperação mútua sob as condições

estabelecidas pelo proprietário. No entanto, a mão de obra sob o comando do proprietário escravista é fixa ou, na melhor das hipóteses, muda dentro de parâmetros estreitos.<sup>42</sup> Sua determinação depende, entre outras coisas, da escala da demanda, da quantidade de capital à disposição do proprietário, das características da colheita e da composição social da população escrava residente. O proprietário se vê obrigado a ajustar continuamente os trabalhadores às tarefas exigidas ao longo do ciclo de vida do grupo. Sob essas condições, pode incrementar a produção aumentando a escala das operações, modificando a distribuição das tarefas/a divisão do trabalho entre a mão de obra escrava, a mecanização ou intensificando os esforços dos grupos de escravos. Tais estratégias podem aumentar a produção por escravo, mas já que o trabalho e seu custo não têm expressão na economia escravista, conceitos como tempo de trabalho, economia de trabalho e produtividade do trabalho não prevalecem. Por isso, o processo contínuo de desqualificação, de mudança na divisão detalhada do trabalho e de mecanização que caracteriza a produção do trabalho assalariado<sup>43</sup> não ocorre na relação escravista.

O aparato coercitivo onipresente na escravidão foi utilizado contra a resistência da população escrava. A resistência, de formas diversas e muitas vezes sutis, é uma característica permanente dos sistemas escravistas. Fugas e rebeliões são características da escravidão difundidas em todos os lugares. Mais relevantes diretamente à nossa discussão são as transformações da relação escravista em si. Com o tempo, não só a composição demográfica do grupo de escravos muda, com mulheres, crianças e idosos formando a maior parte do grupo, mas os cativos também aprendem e se adaptam às “regras do jogo”. Eles criam formas de luta cotidiana dentro das rotinas da *plantation* para atingir objetivos individuais e coletivos. Trabalho e vida diária estão sujeitos a conflito e negociação. Padrões costumeiros são estabelecidos para limitar a possibilidade de exploração da mão de obra e o controle da população escrava. Talvez os exemplos mais claros desse tipo de processo que tenho em mente sejam os escritos pioneiros de Sidney Mintz sobre “protocampesinatos” e “campesinatos reconstituídos” no Caribe.<sup>44</sup> Tais iniciativas não apenas expressam o

desejo das populações cativas de escapar da *plantation* e obter terra, como também são um recurso em suas lutas contínuas contra o sistema de *plantation*, em favor das condições de seu trabalho.<sup>45</sup>

A natureza da relação escravista sugere o limite dos esforços para formular uma teoria formal da “economia escravista” ou uma teoria do “modo de produção escravista” que possam ser aplicadas a “casos históricos” de escravidão. A difusão da dominação social e do seu necessário papel na reprodução das relações escravistas não permite a formação de um discurso econômico unificado e sistemático, menos ainda a formulação da subjetividade individual mediada por relações mercantis. Além disso, uma conceptualização adequada deve levar em conta a resistência dos cativos como um elemento constitutivo da relação escravista.<sup>46</sup> No entanto, a resistência escrava está situada. As pessoas resistem a condições específicas por meios específicos. Conceber uma resistência generalizada e transistórica à escravidão é improdutivo e representa o risco de deturpar as lutas reais dos povos escravizados. A resistência é uma característica constitutiva das relações escravistas, não por se tratar de um processo contínuo, mas por representar uma resposta similar a condições históricas similares. A tarefa, portanto, é a de reconstruir os contextos históricos específicos da escravidão e da resistência escrava. Aqui chegamos a um limite da teoria entendida como um sistema de proporções vinculadas a ser aplicado ao mundo. Em vez de tentar formular leis generalizadas sobre a economia ou o modo de produção escravista, é mais produtivo voltar a nossa atenção para a história das economias escravistas, para a construção de modelos históricos e para a análise teórica de situações concretas.<sup>47</sup>

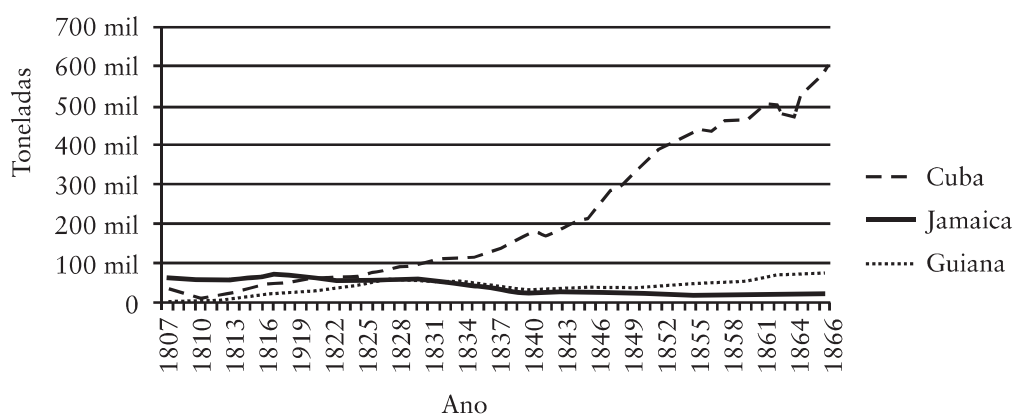
### A teoria econômica e a fragmentação da História

A abordagem da Nova História Econômica prescinde das substantivas relações históricas entre terra, trabalho e capital a fim de construir uma avaliação quantitativa da produtividade e rentabilidade da economia escravista por meio da utilização de categorias abstratas e universais da

teoria econômica neoclássica. Aqui, as relações históricas não são vistas como constitutivas dos processos econômicos levados em consideração, mas são tratadas *ex post facto* como fatores já formados e completos. A teoria econômica neoclássica considera cada “economia escravista” uma unidade independente e autossuficiente, e portanto não leva em consideração os processos (além da competição de mercado) que ordenam as relações entre as regiões produtoras.

As limitações desse tipo de abordagem para a análise histórica podem ser vistas no debate sobre o livro *Capitalism and Slavery*, de Eric Williams. Seymour Drescher e David Eltis, cujas interpretações históricas são guiadas por essa abordagem, procuram desqualificar o argumento de Williams de que o declínio econômico fora o motivo que levou à abolição da escravatura nas Antilhas Britânicas. Eles utilizam os conceitos abstratos e formais de rentabilidade e produtividade da teoria neoclássica para demonstrar a viabilidade econômica das economias desse local e atribuem a abolição a motivos ideológicos e políticos. De acordo com esses critérios, Drescher argumenta que “foram capazes de alcançar crescimento e expansão vigorosos” depois de 1814, enquanto Eltis enfatiza “a contínua vitalidade das Antilhas Britânicas século XIX adentro”.<sup>48</sup>

Figura 1 – Produção de açúcar na Jamaica, na Guiana e em Cuba



Fonte: Noel Deerr, *The History of Sugar*, 2 vols. Londres, Chapman & Hall, vol. I, 126, 131, 193-204.

O foco de Drescher e Eltis está na competição de mercado e de preços entre unidades de ação independentes, nesse caso, as colônias açucareiras. Jamaica e Guiana, as duas colônias com maior produção de açúcar nas Antilhas Britânicas, são essenciais para seus argumentos. No entanto, a Figura 1 sugere as dificuldades inerentes à sua abordagem. Consistentes com os pressupostos e procedimentos da teoria econômica neoclássica, suas análises de produtividade e rentabilidade não consideram as relações históricas substantivas entre terra, trabalho e capital. Os complexos açucareiros escravistas da Jamaica e da Guiana eram realmente produtivos e rentáveis segundo os critérios da teoria econômica. Contudo, mesmo um rápido exame da figura revela que os níveis de produção para cada um deles estavam mais ou menos estagnados. Além disso, se eram suficientemente produtivos e rentáveis para se manterem como produtores viáveis, cada um chegou a essa posição de maneira diferente.

A zona açucareira da Jamaica encolheu depois de 1814. As *plantations* de cana-de-açúcar que seguiram produzindo adquiriram terras e escravos de seus vizinhos falidos para aumentar suas posses. Dentro do possível, os proprietários aumentaram o tamanho das propriedades e em muitos casos compraram equipamentos de moagem a vapor. Ainda assim, a escala de produção, embora excepcional para os padrões jamaicanos, continuava pequena em comparação à dos concorrentes, e não havia espaço para uma expansão.

A Guiana passou a fazer parte do Império Britânico durante as Guerras Napoleônicas. Relativamente inexplorada, oferecia excelentes condições para o cultivo de cana-de-açúcar, embora sofresse de uma falta crônica de mão de obra, já que o tráfico britânico de escravos no Atlântico tinha sido abolido à época de sua incorporação ao Império. A produção açucareira se desenvolveu rapidamente entre 1814 e 1825. Grandes propriedades foram formadas, as quais utilizavam não só as moendas a vapor mais avançadas, como também caldeiras a vácuo para refinar o açúcar. Essas tecnologias exigiam uma escala de produção muito maior do que as técnicas anteriores de manufatura, e depois da abolição da escravidão, entre 1834 e 1918, a servidão



por contrato asiática gradativamente substituiu o trabalho africano emancipado. (As terras disponíveis para o cultivo da cana-de-açúcar eram muito pequenas e estavam muito espalhadas para que houvesse um emprego eficaz da caldeira a vácuo.) A zona açucareira da Guiana, contudo, era limitada em sua extensão. Embora dispusesse de engenhos de açúcar muito grandes e tecnologicamente avançados, sua produção também estagnou, mas em condições muito diferentes das jamaicanas.

Tanto a Jamaica quanto a Guiana podem ser comparadas com Cuba, que possuía um território enorme com condições ideais para a produção do açúcar. Enquanto as tecnologias açucareiras se desenvolviam, durante o século XIX, os senhores de engenho cubanos conseguiam combinar terra, trabalho escravo e novas tecnologias de maneiras sem precedentes. Sua produção, que dobrava a cada dez anos, da década de 1820 à de 1860, estabeleceu os preços mundiais do açúcar. Cuba redefiniu o mercado açucareiro mundial e gerou a crise das colônias açucareiras mais antigas, como a Jamaica.<sup>49</sup>

Drescher e Eltis conseguem demonstrar que cada “economia escravista” é rentável e produtiva. No entanto, ao fracassar em integrar condições sociais e materiais importantes em sua análise, esses autores não conseguem explicar teoricamente as diferenças entre elas, muito menos as condições que produzem a diferença. Dessa maneira, produzem um relato abstrato e unilateral que justapõe fatores “econômicos” a “não econômicos”. A destruição da escravidão nas Antilhas Britânicas é devida à ascensão do “abolucionismo”, uma força externa fortuita a ser explicada pela história social e cultural única da Grã-Bretanha.

O fracasso da Nova História Econômica em explicar as características históricas de cada zona produtora nos leva à segunda dificuldade apresentada por essa abordagem. As unidades agentes – sejam indivíduos, firmas ou estados – são consideradas dadas e independentes umas das outras.<sup>50</sup> Aqui, cada “economia escravista” aparece como uma iteração diferente da mesma coisa. Cada uma se distingue das demais por marcadores temporais e espaciais (por exemplo, as “economias

escravistas” da Jamaica, Guiana ou Cuba no século XIX), mas os conceitos de tempo e espaço são em si abstratos e vazios (uma grade a priori em que observações são traçadas). A escravidão ocorre no tempo e no espaço, não através do tempo e do espaço. Conseqüentemente, as relações entre essas “economias” independentes e autossuficientes são arbitrárias e acidentais. Somos apresentados a um universo caótico e desestruturado de fragmentos, de múltiplas economias independentes que podem ser combinadas e desmontadas à vontade por meio de categorias abstratas e universais. Qualquer unidade de ação ou análise maior – a economia atlântica, a economia mundial – é simplesmente a soma de partes independentes.

Essa abordagem impede a consideração de processos que ordenam as relações entre essas regiões produtoras. Como argumenta Immanuel Wallerstein, os historiadores da Nova História Econômica deixam de reconhecer que essas “economias escravistas” são arenas de uma economia-mundo. Tratar formações escravistas como economias integrais em vez de partes de um todo maior falsifica os seus resultados e enfraquece os *insights* de sua abordagem.<sup>51</sup> Em comparação, a “economia-mundo” oferece um conceito ordenado e ordenador e permite uma investigação sistemática das relações entre seus elementos constitutivos. Ela fornece uma concepção consistente da escravidão como objeto de observação e de uma unidade abrangente de análise que nos permite ordenar nossas observações e examinar as diversas maneiras como são formadas e reformadas dentro de campos mais amplos de relações e processos.<sup>52</sup>

Rumo a uma economia histórica:  
a escravidão na economia-mundo capitalista

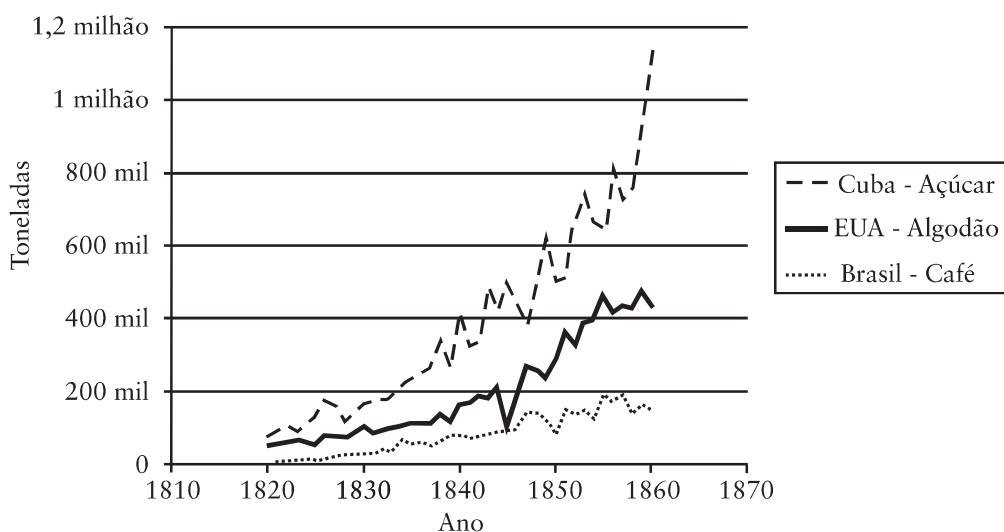
A Nova História Econômica tem produzido descobertas altamente sugestivas a respeito da produtividade e da rentabilidade do trabalho escravo nas Américas, mas seus conceitos abstratos e formais, bem como seus métodos e procedimentos interpretam relações sócio-histó-

ricas substantivas como fatores contingentes exteriores ao seu campo de análise. Conseqüentemente, essa abordagem proporciona ferramentas adequadas à análise e à interpretação histórica. De outro lado, a perspectiva do sistema-mundo oferece um enquadramento analítico que nos permite conceituar terra, trabalho e capital (mercado) como relações históricas substantivas e examinar as maneiras como esses elementos são interdependentes e mutuamente formativos entre si dentro da divisão de trabalho da economia-mundo. Essa abordagem procura não apenas registrar padrões de relações no tempo e no espaço, como também entender os processos históricos pelos quais tais padrões espaçotemporais são produzidos. Assim, a escravidão é tratada não como uma categoria geral e universal, mas como uma forma específica de produção social que é continuamente feita e refeita através da relação historicamente cambiante entre terra, trabalho e mercado. Além disso, ao conceber complexos determinados de produção escravista como partes de uma singular divisão mundial de trabalho, essa perspectiva nos permite especificar as relações e os processos através dos quais cada um desses complexos é formado, bem como diferenciar sistemas escravistas entre si, dentro do conjunto evolutivo de relações que formam a economia-mundo. Desta forma, essa abordagem nos permite tanto diferenciar quanto especificar determinadas zonas de produção dentro da economia-mundo e ao mesmo tempo apreender seu quadro mais amplo. Dentro deste enquadramento teórico, é possível descobrir as relações mutáveis entre terra, trabalho e tecnologia, e portanto as maneiras como o trabalho escravo e a relação escravista são continuamente formados e reformados como parte da expansão da economia-mundo. Desta forma, podemos rastrear o curso da história da produção escravista através do desenvolvimento histórico da forma escravista e de sua formação e reformulação dentro dos processos econômicos mundiais.

A Figura 2 possibilita discutir as maneiras como a perspectiva da economia-mundo permite uma reconstrução teórica mais adequada da história econômica das formações escravistas do Novo Mundo do que aquela proposta pela Nova História Econômica. A Figura 2 mostra

que as curvas de produção do algodão americano e do café brasileiro têm trajetórias similares à da curva de produção do açúcar cubano, e que essas três contrastam dramaticamente com as correspondentes à Jamaica e à Guiana, apresentadas na Figura 1. Em cada um dos casos, as curvas da Figura 2 registram níveis de produção sem precedentes para o respectivo produto. Da perspectiva aqui proposta, cada curva representa uma nova configuração de terra, trabalho escravo e capital; quando consideradas juntas, formam parte de uma nova divisão de trabalho que expressa a expansão material e econômica da economia-mundo. Aqui a escravidão aparece formada ou reconfigurada dentro de uma constelação específica de relações históricas da produção de mercadorias (discuti em outro lugar esse processo como sendo a formação de uma segunda escravidão).

Figura 2 – Produção de produtos primários nos EUA, Cuba e Brasil, 1810-1870



Desta perspectiva, a interpretação das curvas revela as formas como as condições materiais de produção, de ambiente e geografia são elementos constitutivos de importantes relações econômicas históricas. Aqui, os diferentes produtos não são apenas qualificadores de uma escravidão já determinada, mas também formadores de con-

figurações específicas das relações escravistas. Cada cultivo – algodão, cana-de-açúcar e café – tem características materiais distintas e cria uma demanda diferente de trabalho. A escala de produção, o tamanho e a composição da força de trabalho escrava, a divisão do trabalho e a organização do processo de trabalho, bem como a configuração espacial da *plantation* são todos ligados às exigências materiais do cultivo. Além disso, cada cultura atende a diferentes necessidades humanas, e o aumento dramático em sua produção, indicado na Figura 2, expressa uma profunda transformação econômica, social e cultural.

No período em análise, o algodão desbancou o açúcar como a *commodity* mais valiosa no comércio internacional. Ao contrário do açúcar, o primeiro é uma matéria-prima industrial, e a rápida ascensão de sua produção escravista estava intimamente ligada à mecanização da produção de materiais têxteis, do sistema fabril e do surgimento do trabalho assalariado na Grã-Bretanha e em outros lugares. Da perspectiva da economia-mundo, o Sul algodoeiro dos Estados Unidos e a Grã-Bretanha industrial não formam “economias” escravistas e capitalistas separadas, mas, em vez disso, são vistos como dois polos da divisão de trabalho econômica e geográfica mundial. Eles são interdependentes e mutuamente formativos um do outro através da forma de mercadoria.<sup>53</sup> Tomados em conjunto, formam o circuito da produção de algodão, definido mediante a aceleração da demanda, o aumento da escala de produção, a queda dos preços e a pressão contínua sobre a produtividade do trabalho, e torna possíveis os altos níveis de produtividade e rentabilidade indicados pelo trabalho de Fogel e Engerman. A relação entre esses dois polos impõe ritmos espaciais específicos e extensões temporais à atividade econômica. Aqui, as relações sócio-históricas ocorrem através do tempo e do espaço, não no tempo e no espaço. A relação entre escravidão e trabalho assalariado, entre a *plantation* e a fábrica, ao mesmo tempo que produz uma conjuntura espaçotemporal, é moldada por ela.

(Contra o suposto eurocentrismo da abordagem economia-mundo, o economista Seymour Shapiro demonstrou que a expansão da indústria

algodoeira britânica e o crescimento praticamente ilimitado do mercado têxtil algodoeiro mundial foram impulsionados pela contínua queda dos preços das matérias-primas.<sup>54</sup> Com demasiada frequência, aqueles que escrevem sobre *commodities* agrícolas não prestam atenção a quem as produziu e como. De forma semelhante, aqueles que escrevem sobre escravos prestam muito pouca atenção às *commodities* que sua força de trabalho produz. O que Shapiro não consegue reconhecer ou integrar em seu relato é que a queda do preço do algodão cru foi devida ao aumento da produção do trabalho escravo no *Cotton South*. Desenvolvimentos parciais são sempre fundamentados na economia-mundo como um todo. A economia é a economia-mundo.)

Ao contrário do algodão, o açúcar e o café são bens de consumo, mas as curvas acentuadas da produção crescente do açúcar cubano e do café brasileiro foram sustentadas pela industrialização, pela urbanização e pela emergência de uma nova massa de classes trabalhadoras e classes médias. O ciclo de expansão material e econômica transformou relações, incluindo a relação de oferta e demanda em toda a economia-mundo. Juntas, essas três curvas são indicativas de um grande avanço para a produção e o consumo em massa de três das *commodities* que definem a cultura material moderna. Isso foi ainda mais indicado pelas transformações na divisão de trabalho mundial. O Sul dos Estados Unidos era o principal fornecedor de algodão cru para a Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que os Estados Unidos se tornavam o principal consumidor do açúcar cubano e do café brasileiro. O crescimento da produção escravista tinha a ver com a expansão geográfica, econômica e material, e a integração de novos complexos de produção escravista na nova divisão mundial de trabalho. Não seria um exagero, aqui, pôr Marx de cabeça para baixo e ver o trabalho assalariado como o pedestal da escravidão.<sup>56</sup>

Além disso, uma análise dos artigos produzidos revela os modos como as condições materiais de produção, o ambiente e a geografia são elementos constitutivos de relações econômicas substantivas. Cada um desses cultivos requer condições ambientais e compreende processos de produção diferentes. Cada cultivo pode ser realizado em deter-



minados lugares, mas não em outros. Conseqüentemente, cada um é produzido numa localização geográfica específica. A demanda por essas *commodities* canalizou a expansão a ambientes mais adequados para a sua produção, numa escala apropriada para garantir a rentabilidade. Jason Moore habilmente conceituou tais zonas como “fronteiras da mercadoria”.<sup>56</sup> Moore vê a fronteira da mercadoria como um modo de expansão da economia-mundo.<sup>57</sup> O conceito se refere às maneiras como a produção e a distribuição de produtos primários específicos reestruturam o espaço nas margens da economia-mundo, de forma a exigir maior expansão. A fronteira de mercadoria é uma zona além da qual uma expansão maior é possível, contanto que exista terra não mercantilizada e, em menor escala, trabalho. Esse conceito nos permite formular a relação entre ecologias específicas, lugares e a expansão geográfica da economia-mundo. Revela, assim, as formas históricas específicas em que a terra constitui uma condição substantiva da produção escravista.

Cada uma dessas zonas em discussão – o cinturão algodoeiro americano, a zona açucareira cubana, a zona cafeeira brasileira – era uma área previamente inexplorada que foi transformada para promover o cultivo sistemático de seu respectivo artigo. As características ambientais e geográficas de cada zona permitiram que tal produção se desenvolvesse numa escala sem precedentes. Cada uma representa, assim, um novo espaço socioeconômico que criou condições específicas para a utilização do trabalho e do capital. Além disso, para cada zona há uma relação específica entre o volume, valor do produto, e a distância até o ponto de consumo, que determina os requisitos de transporte. Significativamente, as transformações no transporte – especialmente as estradas de ferro e os barcos a vapor – foram, de maneiras e em graus diferentes, essenciais para o desenvolvimento de cada uma das três zonas. As características físicas da colheita, as condições materiais para a produção e a localização moldam, portanto, seu desenvolvimento.<sup>58</sup>

Finalmente, o conceito de fronteira da mercadoria esclarece a importância da demanda pelo trabalho escravo e pelo tráfico de escravos

no desenvolvimento das formações escravistas do Novo Mundo. Como novas zonas não incorporadas e não estruturadas à margem geográfica da economia-mundo, as fronteiras de mercadoria sofrem de uma escassez crônica de trabalho (“falta de braços”). Assim como a transformação da natureza, o movimento da população é consequência da demanda pelas mercadorias. A demanda pelo trabalho no conceito de fronteira de mercadoria chama a atenção para a mobilidade do trabalho escravo. Dessa perspectiva, o tráfico de escravos não é simplesmente uma relação de mercado que responde a flutuações mais ou menos regulares de oferta e demanda, mas uma relação de força e coerção impulsionada pela demanda por trabalho na expansão das fronteiras da mercadoria. A quantidade certa de trabalho deve ser fornecida no lugar certo, no tempo certo. Vale notar que apesar da pressão para acabar com o tráfico internacional de escravos, havia no século XIX quase tantos escravos transportados pelo tráfico transatlântico, fosse legal ou ilegalmente, quantos houve no auge do século XVIII. Agora, seu destino era praticamente restrito a Cuba e Brasil. Se adicionamos a esse número os escravos transportados nos tráficos domésticos dos Estados Unidos e do Brasil, havia mais escravos sendo transportados do que em qualquer outra época da história do tráfico negreiro. Todos eram destinados às novas fronteiras de mercadoria dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil.

Assim, diferentemente das zonas mais antigas da produção de mercadorias escravistas, as novas fronteiras de mercadoria organizaram a produção numa escala sem precedentes e combinaram terra, trabalho e os instrumentos de produção de novas maneiras. Em cada uma das zonas, as relações sociais de escravidão foram reformadas em torno de novas relações e processos de produção. Em cada zona de fronteira, o espaço produtivo da *plantation* foi reorganizado em formas que facilitaram a gestão da terra e do trabalho e a máxima produção de cada cultivo. Como demonstrou Rafael Marquese, pela primeira vez na história da escravidão nas Américas os conceitos de gestão de escravos passaram das obrigações mútuas de senhor/servo à preocupação direta com a gestão do trabalho e o aumento da eficiência.<sup>59</sup> Em cada

uma dessas zonas, a escala de produção e o tamanho das forças de trabalho escravo aumentaram, o trabalho em grupos predominou, as tarefas foram cada vez mais quantificadas, medidas e calculadas, as cargas de trabalho aumentaram e o trabalho foi intensificado a fim de maximizar a produção. Quando viáveis, sobretudo na indústria açucareira cubana, novas tecnologias foram empregadas. A produção por escravo em cada zona aumentou vertiginosamente em relação aos níveis anteriores.<sup>60</sup> Assim, os altos índices de participação da mão de obra, a intensificação do trabalho e o aumento da produção por trabalhador que Fogel e Engerman identificam como causas da produtividade da economia escravista não são atributos da “escravidão em geral”, mas dependem da inter-relação histórica substantiva entre terra, trabalho e capital que a reformulação do trabalho escravo representa, dentro desta conjuntura da economia-mundo. Contudo, uma vez estabelecida nessa escala e dentro dessa divisão do trabalho, a rigidez da relação escravista como meio de organizar a produção se reafirma e inibe uma maior expansão.

Do ponto de vista da investigação histórica, os resultados da Nova História Econômica são conclusões provisórias válidas no âmbito de um conjunto limitado e limitante de suposições. Embora esses resultados sejam sugestivos, as inferências extraídas deles têm valor limitado para a investigação e para a análise histórica. Este capítulo propõe que, em vez de aplicar a teoria a materiais históricos, é mais produtivo voltar a atenção para uma história econômica teórica e empiricamente fundamentada.<sup>61</sup> Essa tarefa inclui não só a avaliação das descobertas da Nova História Econômica como também a tradução das categorias da teoria econômica em categorias históricas apropriadas, e a necessidade de repensar os parâmetros espaciais e temporais da atividade econômica. Apesar de uma longa e ilustre tradição na história econômica, o trabalho de desenvolver conceitos adequados, de construir modelos históricos e de elaborar narrativas teoricamente fundamentadas para situações específicas ainda está em sua infância. Esta perspectiva nos permite avançar em direção a relatos interpreta-

tivos e analíticos do trabalho escravo e da economia-mundo mais adequados historicamente. Tal enfoque nas economias históricas leva a um entendimento mais amplo e mais profundo dos processos históricos e incentiva o diálogo com os desenvolvimentos na história social, política e cultural.

### Notas

1. Gostaria de agradecer a Yann Moulier Boutang os valiosos comentários a uma versão anterior deste artigo.
2. Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman, *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston: Little, Brown and Co., 1974.
3. No relato posterior de Robert Fogel (*The Slavery Debates: A Retrospective, 1952-1990*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2003, p. 22), o tom triunfal e intransigente da proclamação da chegada da Nova História Econômica deveu-se ao fato de que “a euforia era muito grande para ser contida”.
4. Fogel, *The Slavery Debates*, p. 21; Carl Bridenbough, “The Great Mutation”, in: *The American Historical Review*, 68, 2: 315-331, 1963, p. 326. A fim de evitar que se tome precipitadamente o lado dos “humanistas”, nesta rejeição da instrumentalização, o texto que continha este ataque pode ser descrito na melhor das hipóteses como misantropo e mesquinho, e, na pior delas, como uma vigorosa defesa da aptidão especial de homens brancos protestantes à interpretação correta do passado dos Estados Unidos.
5. Para uma crítica mais abrangente, ver Michael Greenberg, “The New Economic History and the Understanding of Slavery: A Methodological Critique, *Dialectical Anthropology*”, v. 2, 1977, pp. 131-141; e Douglass C. North, “Beyond the New Economic History”, *The Journal of Economic History*, 34, 1: pp. 1-7; p. 1974.
6. Mais destacadamente, Paul A. David, Herbert G. Gutman, Richard Sutch, Peter Temin e Gavin Wright, *Reckoning with Slavery*. York: Oxford University Press, 1976; Herbert G. Gutman, *Slavery and the Numbers Game: A Critique of Time on the Cross*. Urbana: University of Illinois Press, 1975.

7. Yann Moulier Boutang, “Agency and Transnational Perspectives on the Constitution of Waged, Unfree, and Free Labor: The Role of Mobility in the Nineteenth Century”, in: Dale Tomich (Org.), *The New Frontiers of Slavery*. Binghamton. Nova York: The Fernand Braudel Center, no prelo.
8. Douglass C. North, *Beyond the New Economic History*, pp. 1-7.
9. Peter Temin, “The Future of the New Economic History: the 1980s and Beyond (II)”, *The Journal of Economic History*, 12, 2: pp. 179-197, p. 1981.
10. Eric Hobsbawm, “Historians and Economists: I”, “Historians and Economists: II”, *On History*. Nova York: The New Press, 1997, p. 96, 112.
11. Terence K. Hopkins, “Sociology and the Substantive View of the Economy”, em Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson (editores), *Trade and Market in the Early Empires*. Nova York: The Free Press, 1957, pp. 271-292; Simon Clarke, *Marx, Marginalism and Modern Sociology: From Adam Smith to Max Weber*. Londres: The MacMillan Press, 1982, pp. 151-5.
12. Clarke, *op. cit.*
13. Em *Time on the Cross*, Fogel e Engerman criam uma hierarquia de dados que revela a lógica desta abordagem. Tipos de dados são classificados de acordo com o grau em que se conformam aos requisitos da análise estatística. Dados que podem ser sujeitos a testes estatísticos sistemáticos, ou o que eles se referem como dados sistemáticos, são mais confiáveis e têm mais probabilidade de resultar em conclusões objetivas. Dados fragmentários ou impressionistas não passam no teste de confiabilidade estatística. Independentemente da objetividade da fonte, eles têm valor apenas como ilustração ou para preencher as lacunas onde dados sistemáticos estão faltando. Fogel e Engerman, *Time on the Cross*, pp. 10-12. Cabe observar que os procedimentos da Nova História Econômica não são a única maneira possível de quantificar dados históricos. A história serial, iniciada por François Simiand (“Historical Method and Social Science”, *Review*, IX, 2: 163-213, 1985), e Ernest Labrousse (*Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, 2 vols. (Orig. 1933). Paris: Librairie Dalloz. Repr.: Paris: Éditions des archives contemporaines, 1984; *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution* (primeira edição: 1944), Paris, Presses Universitaires de France, 1990), e característica da “se-

gunda” escola dos Annales, representa uma abordagem alternativa à Nova História Econômica. Ao contrário dos pressupostos atemporais deste último, a história serial procura reconstruir temporalidades históricas. Ver também Jean-Yves Grenier, “Expliquer et comprendre. La construction du temps de l’histoire économique”, *in*: Bernard Lepetit (Org.), *Les formes de l’expérience: Une autre histoire sociale*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994, e Jean-Yves Grenier e Bernard Lepetit, “L’expérience historique: Sur C.-E. Labrousse”, *Annales: E.S.C.* 44 (6): 1337-60, 1989.

14. Hopkins, *Sociology and the Substantive View of the Economy*, pp. 270-306.
15. Em comparação, historiadores marxistas têm se preocupado com as relações sociais da escravidão e prestam pouca atenção a sua força produtiva.
16. John Merrington, “Town and Country in the Transition to Capitalism”, *in*: Rodney Hilton (Org.), *The Transition from Feudalism to Capitalism*, pp. 173-174.
17. De fato, o ilustre economista Albert O. Hirschman, em “The Search for Paradigms as a Hindrance to Understanding”, *in*: *A Bias for Hope: Essays on Development and Latin America*. New Haven: Yale University Press, 1971, argumentou de forma perspicaz que a interpretação qualitativa de um único caso pode ter maior potencial para a compreensão histórica do que a análise quantitativa de um grande número de casos.
18. Fogel e Engerman, *Time on the Cross*, p. 8.
19. Robert Fogel, *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery*. Nova York: W.W. Norton & Co., 1989, p. 22.
20. Ironicamente, enquanto Fogel e Engerman identificam as características particulares da escravidão nos Estados Unidos no século XIX, em vez de explicar a diferença, eles inadvertidamente criam um argumento para o excepcionalismo americano. Sem uma explicação analítica dos processos que criam as qualidades particulares da escravidão nos Estados Unidos no século XIX, seu trabalho é moldado por preocupações convencionais sobre o excepcionalismo americano, a diferença entre Norte e Sul, e a Guerra Civil como foco explícito do “tempo na cruz” da nação.
21. Alfred H. Conrad e John R. Meyer, *The Economics of Slavery and Other Studies in Economic History*. Chicago: Aldine, 1964, p. 47.
22. Stanley Engerman, “Some Considerations of Property Rights in Man”, *Journal of Economic History*, XXXIII, 1: 43-65, 1973, pp. 43-46.



23. Conrad e Meyer, *The Economics of Slavery*, p. 45.
24. *Idem.*
25. Fogel e Engerman, *Time on the Cross*, pp. 191-207; Fogel, *Without Consent or Contract*, pp. 72-80.
26. Max Weber, *Economy and Society*, 2 v. Berkeley: University of California Press, 1978, v. 1, pp. 162-163.
27. Karl Polanyi, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time*. Boston: Beacon Press, 1957, pp. 72-73.
28. Karl Marx, *Capital: A Critique of Political Economy*, v. I. Harmondsworth: Penguin, 1976, pp. 164-165.
29. Marx, *Capital*, I, p. 325.
30. Roman Rosdolsky, “Comments on the Method of Marx’s *Capital* and its Importance for Contemporary Marxist Scholarship”, *New German Critique*, 3: 62-72, 1974, pp. 65-67.
31. Marx, *Capital*, I, p. 680.
32. Discuti esses problemas conceituais mais detalhadamente em outro livro (Dale Tomich, *Slavery in the Circuit of Sugar: Martinique and the World Economy, 1830-1848*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990, pp. 124-138). Se os historiadores da Nova História Econômica têm ignorado a forma das relações sociais da escravidão, os escritores marxistas têm se preocupado com a forma das relações sociais à custa do conteúdo. Em geral, eles enfocam as diferenças entre as relações de dominação predominantes entre senhor-escravo e capital-remuneração para enfatizar o caráter pré-capitalista ou não capitalista da relação escravista. Depois utilizam esta diferença para construir uma economia escravista nacional ou regional fechada em si mesma, internamente coerente e delimitada externamente, ou um modo de produção escravista com suas próprias e diferenciadas “leis de movimento”. (Aqui as relações são abstraídas de seu contexto histórico e transformadas em categorias universais que depois são impostas novamente à situação histórica como leis históricas. As “abstrações racionais” de Marx, cujo propósito é analisar situações históricas concretas [Karl Marx, *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)*, Harmondsworth, Penguin, 1973, p. 85] são sutilmente transpostas a tipos ideais weberianos e usadas para classificar sociedades. As “leis” apropriadas são para a análise de cada tipo de sociedade.) Nessas formulações, o mercado é considerado externo às relações primárias de produção e de importância secundária. Esta visão separa a produção

de mercadorias da circulação destas. Aqui, a “economia mundial” é composta de diferentes economias nacionais ou regionais independentes, caracterizadas/classificadas como escravistas, capitalistas etc. O mercado relaciona entidades separadas entre si (centro-periferia). O que não se consegue ver, aqui, é que comércio e mercado são possíveis apenas porque existe uma relação entre economias “nacionais” (Terence Hopkins, “World-Systems Analysis: Methodological Issues”, in: Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein, *World-Systems Analysis: Theory and Methodology*, Beverly Hills, Sage Publications, 1982, pp. 145-158, especialmente 151-152). Para uma discussão mais completa dessas questões, ver Dale Tomich, *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Landham, MD: Rowman & Littlefield, 2004, pp. 3-31, 32-55.

33. Max Weber, cuja própria abordagem sociológica era baseada em conceitos de escolha racional e racionalidade formal, estava muito consciente da diferença entre as categorias da economia neoclássica e aquelas da sociologia. Ele elaborou as consequências formalmente “irracionais” da produção escravista derivadas da apropriação do escravo como propriedade. Estas incluem: 1) Maior investimento de capital na aquisição e manutenção dos escravos do que exigida pelo trabalho livre; 2) Maior risco de capital, porque o trabalho escravo é exposto a todo tipo de influências não econômicas, especialmente a um alto grau de influência política; 3) O mercado de escravos e os preços dos escravos estão sujeitos a um alto grau de flutuação que torna o cálculo de lucro e perdas extremamente difícil; 4) As flutuações do mercado e a situação política dificultam o recrutamento da mão de obra escrava; 5) Se os escravos desfrutam de relações familiares, o proprietário deve arcar com os custos de manutenção da mulher e dos filhos; 6) Talvez seja de maior importância a impossibilidade de seleção e emprego depois de experimentá-lo no trabalho, e a demissão de acordo com as flutuações da situação do negócio, ou do declínio da eficiência pessoal (Weber, *Economy and Society*, I, pp. 162-163). As ideias de Weber são centrais para a construção da “irracionalidade” da economia escravista do Sul dos Estados Unidos de Eugene Genovese (Eugene Genovese, *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South*, Nova York: Pantheon, 1967, pp. 3-39, especialmente 16-18).
34. Engerman, *Some Considerations*, p. 47.

35. Douglas Hall, “Incalculability as a Feature of Sugar Production during the Eighteenth Century”, *in: Social and Economic Studies*, v. 11, n. 4, 1961, pp. 305-318.
36. Weber, *Economy*, I, pp. 85-100.
37. Antônio Barros de Castro, “A economia política, o capitalismo e a escravidão”, *in: José Roberto do Amaral Lapa (Org.), Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 67-107.
38. Yann Moulier Boutang, *De l’Esclavage au salariat: Économie historique du salariat bride*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998, enfatiza a centralidade do controle sobre a mobilidade do trabalho nos sistemas de trabalho forçado. As ameaças de fuga, rebelião e outras formas de resistência são uma pressão constante contra a qual a dominação é exercida.
39. É comum, nos escritos sobre a escravidão, comparar a falta de interesse do escravo pelo processo de trabalho com o suposto interesse do trabalhador remunerado pela produção. Como nos lembra Antônio Castro (“Economia Política”, pp. 67-107) e como qualquer familiaridade com o trabalho de Frederick Winslow Taylor tornará claro, a falta de interesse pela produção é o que escravos e trabalhadores livres têm em comum, não o que os separa. A respeito disso, ver a importante distinção feita por Walter Johnson entre trabalho e labor (*River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge: Harvard University Press, 2013: 164-165) e também Sidney Mintz (“Caribbean History, Caribbean Labor”, *in: Blick nach vorn: Festgabe für Gert Spittler zum 65. Geburtstag*, Kurt Beck, Till Förster, e Hans Peter Hahn (editores), Köln, Rüdiger, Köppen Verlag, 2004, pp. 136-144) sobre a importância da habilidade e do trabalho para os trabalhadores.
40. Philip Morgan, “Task and Gang Systems: The Organization of Work on New Work Plantations”, *Work and Labor in Early America*, Stephen Innes (Org.). Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988, pp. 27-101.
41. Aqui devemos acrescentar que o aumento temporário da força de trabalho escravista por meio do aluguel de cativos não introduz trabalho ou custo de trabalho nas relações de produção escravista. Isso pode aliviar a demanda em curto prazo na unidade de produção, mas, do ponto de vista da formação escravista como um todo, representa um jogo de soma zero.

42. Harry Braverman, *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. Nova York: Monthly Review, 1974.
43. Sidney W. Mintz, *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974, pp. 130-250, 27-101.
44. Tomich, *Slavery in the Circuit of Sugar*, pp. 214-280; Tomich, *Through the Prism of Slavery*, pp. 173-191.
45. Pierre Dockès, *Medieval Slavery and Liberation*. Chicago: University of Chicago Press, 1979, pp. 117-149.
46. Barros de Castro, “Economia política”, pp. 67-107; Immanuel Wallerstein, “A Theory of Economic History in Place of Economic Theory”, in: Immanuel Wallerstein, *Unthinking Social Science*. Cambridge: Polity Press, 1991, pp. 257-265.
47. Seymour M. Drescher, *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977, p. 160; David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova York: Oxford University Press, 1987, p. 5.
48. Dale Tomich, “Capitalism and Slavery Revisited: The Williams Thesis in Atlantic Perspective”, in: Colin Palmer e Barbara Solow (Orgs.), *New Perspectives on the Life and Work of Eric Williams*. Kingston: Jamaica, University of the West Indies Press, no prelo.
49. Embora a economia e a escolha racional sejam os pressupostos organizacionais gerais da teoria, o conceito de unidades de atuação é impreciso. Uma análise de *Time on the Cross* revela que a escravidão é tratada de formas diferentes, como uma instituição, uma economia, um modo de produção, uma relação entre pessoas sem esclarecimento ou justificativa do que cada uso significa e o contexto em que deve ser entendido. Não há consideração teórica de como essas unidades são formadas através de relações e processos mais amplos ou de sua relação entre si.
50. Immanuel Wallerstein, “American Slavery and the Capitalist World-Economy”, em Immanuel Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press/Paris Editions de la Maison des Sciences de L’Homme, 1979, pp. 200-221.
51. Terence K. Hopkins, “The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations”, in: Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein, *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (Beverly Hills: Sage Publications), 1982, pp. 9-38.
52. A relação entre esses polos de produção é regulada pelo mercado, que aqui deve ser entendido não como uma entidade abstrata e formal

(como em abordagens neoclássicas) nem como um fator externo e secundário (como nos enfoques marxistas) mas como uma relação histórica substantiva expressando as relações de produção do sistema como um todo. (Maria Sylvia Carvalho Franco, “Organização de Trabalho Escravo no Período Colonial”, *in*: Paulo Sergio Pinheiro (editor), *Trabalho escravo, economia e sociedade* (Rio de Janeiro): 143-192, 1978, pp. 143-192.) Existe comércio mundial porque existe uma divisão mundial de trabalho.

53. Seymour Shapiro, *Capital and the Cotton Industry in the Industrial Revolution*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
54. É famosa a observação de Marx, em *O capital*, I, p. 925, de que a “escravidão velada dos operários assalariados da Europa precisou da escravidão não qualificada do Novo Mundo como pedestal”.
55. Jason W. Moore, “Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization”, *in*: *Review – A Journal of the Fernand Braudel Center*, XXIII, 3: 409-433, 2000.
56. Uma comparação entre as Figuras 1 e 2 oferece dados que podem fundamentar a ideia essencial porém negligenciada de Antônio Barros de Castro sobre o caráter migratório da produção agrícola primária e indica a utilidade do conceito de fronteira de mercadoria. Castro argumenta que a produção agrícola primária é mais bem compreendida não como fixa em um lugar, mas mudando de uma zona para a outra. Em qualquer momento no tempo coexistem uma zona em declínio, uma zona em seu pico de capacidade de produção e uma zona pioneira que ainda deve ser desenvolvida (Castro, *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, pp. 48-83). As Figuras 1 e 2 sugerem que esse processo ocorre não somente dentro de determinados locais, mas também de forma transnacional. Ao comparar as figuras, é possível perceber que a Jamaica apresenta as características de uma zona em declínio, a Guiana aparece como uma zona de pico que cessou a expansão, e Cuba (juntamente com o Brasil e os Estados Unidos em diferentes cultivos), como zona de pico que continua a se expandir.
57. Stephen G. Bunker e Paul Ciccantell, *Globalization and the Race for Resources*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
58. Rafael Marquese, *Feitores do corpo, missionários de mentes: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

59. Rafael Marquese, *O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate*, Anais do Museu Paulista, N. Sér. 18, 1, pp. 83-128, 2010; Edward E. Baptist, *The Half has Never Been Told. Slavery and the Making of American Capitalism*; Johnson, *River of Dark Dreams*, pp. 13, 151-175, 247-250.
60. Ver Wallerstein, *American Slavery and the Capitalist World-Economy*, pp. 257-265.